



A literatura afro-brasileira como contribuição para uma educação antirracista: o conto *A Escrava*

Afro-Brazilian literature and its contribution to an anti-racist education: the short story *The slave*

Maria Fernanda dos Santos Alencar⁽¹⁾; Rafael Bezerra da Silva Farias⁽²⁾;
Cinthy Torres Melo⁽³⁾

⁽¹⁾ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1140-3246> ; Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)/Docente. Caruaru/PE, BRASIL, E-mail: Fernanda.alencar@ufpe.br.

⁽²⁾ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8973-2501> Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)/Estudante. Caruaru/PE, BRASIL, E-mail: faelbezerra07@gmail.com;

⁽³⁾ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3039-8323>; Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)/Docente. Caruaru/PE, BRASIL, E-mail: cinthya.melo@ufpe.br;

Todo o conteúdo expresso neste artigo é de inteira responsabilidade dos seus autores.

Recebido em: 13/05/2021; Aceito em: 01/07/2021; publicado em 01/08/2021. Copyright© Autor, 2021.

RESUMO: Este artigo tem por objetivo refletir como a literatura afro-brasileira (IANNI, 1988; Diogo, 2016; Pereira, 2017) contribui para a construção de uma educação antirracista (MUNANGA, 2005; CARNEIRO, 2005; LIMA, 2005) por meio da obra *A Escrava*, de Maria Firmina dos Reis. Por se tratar de um artigo de reflexão conceitual, a obra *A Escrava* é abordada como prática social discursiva na qual os sujeitos, por meio dela, interagem *no* e *com* o mundo a sua volta. Nesse sentido, os discursos de Maria Firmina dos Reis emergem questões sobre identidades sociais e posições dos sujeitos negros e da mulher negra nas relações sociais da época e que perduram na atualidade. Por essa razão, *A Escrava* se configura como uma proposta de prática educativa emancipatória (FREIRE, 2005) e antirracista pela qual podem ser discutidos conhecimentos e crenças que possibilitam a aproximação dos sujeitos da atualidade com histórias, memórias, experiências e vivências contadas por outros sujeitos que narram, por meio de suas obras, as trajetórias de seus silenciamentos e lutas em consequência da sua raça, cor e gênero.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo, Gênero, Emancipação, Literatura.

ABSTRACT: This article aims to reflect how Afro-Brazilian literature (IANNI, 1988; Diogo, 2016; Pereira, 2017) contributes to the construction of an anti-racist education (MUNANGA, 2005; CARNEIRO, 2005; LIMA, 2005) through the work *The Slave*, by Maria Firmina dos Reis. As it is an article of conceptual reflection, the work *A Escrava* is approached as a discursive social practice in which subjects, through it, interact in and with the world around them. In this sense, the speeches of Maria Firmina dos Reis raise questions about social identities and positions of black subjects and black women in social relations at the time and which persist today. For this reason, *A Escrava* is configured as a proposal for an emancipatory (FREIRE, 2005) and anti-racist educational practice through which knowledge and beliefs that enable the approximation of current subjects with stories, memories, experiences and experiences told by other subjects can be discussed who narrate, through their works, the trajectories of their silences and struggles as a result of their race, color and gender.

KEYWORDS: Racism, Gender, Emancipation, Literature.

INTRODUÇÃO

É com o conto *A Escrava*, de Maria Firmina dos Reis, que este artigo discute o papel da literatura afro-brasileira no processo de reflexão sobre o racismo, o preconceito e a discriminação racial partindo da relação existente entre a literatura afro-brasileira e a educação na perspectiva de uma formação emancipadora e libertadora do ser. E quando discutimos a educação por esse viés, situamo-la numa perspectiva freireana por meio da qual situações pedagógicas problematizadoras da realidade e do diálogo provocam a inquietação do saber e a desconstrução do que se pensa saber como conhecido; o que contribui de forma relevante para uma educação antirracista.

Nesse sentido, perguntamos qual o papel da literatura afro-brasileira para uma educação antirracista? Para responder à questão, buscamos por meio do estudo do conto *A Escrava* fazer uma reflexão entre o contexto sócio-histórico do ontem e do hoje a partir da história da personagem Joana, mulher negra escravizada, que ainda se projeta na atualidade em muitas outras histórias de mulheres negras das periferias urbanas, das ruas, das cidades, do campo, dos quilombos e dos assentamentos, e que resistem às diversas formas de violência psicológica, social, política, econômica e cultural.

O artigo tem por objetivo refletir como a literatura afro-brasileira contribui para a construção de uma educação antirracista direcionada para a emancipação e a libertação do ser. Para isso, será analisado o conto *A Escrava* e discutidas categorias teóricas em torno da relação existente entre literatura afro-brasileira (IANNI, 1988) e educação emancipatória (FREIRE, 2005), em diálogo com outros autores, como uma proposta educativa que traz à baila discussões que possibilitam outras epistemologias nas trajetórias de reconhecimentos racistas e antirracistas.

LITERATURA AFRO-BRASILEIRA E EDUCAÇÃO: CAMPOS DE DIÁLOGO CONTRA O RACISMO

Estudar a literatura afro-brasileira é reafirmar, conforme posto por Ianni (1988), a existência de uma literatura cuja temática é o negro, é a negra. Literatura que constitui um perfil próprio e um sistema significativo. Por que um sistema significativo? Porque

apresenta um conjunto de obras com denominadores comuns: gênero, fase e características internas inerentes à língua, ao tema, às imagens e aos elementos de natureza social e psíquica; além de ter um conjunto de produtores, autores e leitores que “sem os quais a obra não vive” (IANNI, 1988, p.91). Os gêneros textuais que compõem a literatura afro-brasileira são, em sua maioria, poemas, contos, romances e peças de teatro escritos por pessoas negras ao longo da história negra no Brasil. São discursos por meio dos quais podemos discutir estruturas discursivas como códigos, convenções, normas, identidades sociais e posições de sujeitos nas construções das relações sociais.

Podemos dizer com isso que a literatura afro-brasileira gesta em suas raízes questões que discutem “diversidades, multiplicidades, desigualdades, antagonismos” (IANNI, 1988, p.92). É uma literatura essencialmente de denúncia e de anúncio. Denuncia as relações perversas vivenciadas pelas pessoas negras na sociedade e em épocas diversas como violências, sofrimentos e resistência de ser; e o identificar-se e o assumir-se como negro e negra. E é nessa situação em que se encontra a questão da identidade do ser que se assume como “sou negro, sou negra, tenho história, tenho saberes e tenho cultura”. Para Rodrigues, intelectual e militante do ativismo negro carioca entre os anos de 1950 e 1970, a literatura negra é:

aquela desenvolvida por autor negro ou mulato que escreva sobre sua raça dentro do significado do que é ser negro, da cor negra, de forma assumida, discutindo os problemas que a concerne: religião, sociedade, racismo. Ele tem que se assumir como negro (RODRIGUES *apud* IANNE, 1988, p. 92).

No contexto acima, a literatura afro-brasileira se torna um espaço de voz para pessoas negras, um espaço de direito da autoafirmação à existência da vida negra, tornando-se importante a sua inserção na educação por meio de uma perspectiva dialética que propicie aos estudantes da educação básica e do ensino superior o acesso a escritores que falam da condição de ser negro e de ser negra numa sociedade na qual eles e elas são continuamente deslegitimados e excluídos por viverem (ou terem vivido) situações nos contextos do racismo, do preconceito e da discriminação em diferentes épocas na história do nosso país.

A literatura afro-brasileira também se configura como uma proposta de educação na perspectiva de uma concepção emancipadora, libertadora, a qual Freire (2005) se refere como uma educação capaz de agregar sentidos outros para o ato de conhecer e de

refletir sobre situações que nos oprimem, mas que nos trazem também a possibilidade de transformação desta realidade. Não se trata de uma proposta para mudar a nossa mentalidade a fim de nos adaptarmos às duras realidades existentes do ser negro e negra na escola e fora dela. Trata-se de uma proposta cujo objetivo educativo se opõe à educação bancária e sob o qual se permite construir a partir do outro e com o outro o conhecimento do seu passado e a reflexão sobre a negação do seu presente, a fim de que as identidades negras não sejam moldadas à situação da dominação subserviente, da exclusão e do racismo estrutural e de marca que ainda assolam as trajetórias negras em nosso país.

A educação emancipadora, em seu viés problematizador das realidades, se organiza na ação do conhecer, do saber, do refletir objetivando a transformação da realidade; necessitando para essa finalidade a compreensão da condição de oprimidos hoje, sem deixar de considerar a história dos oprimidos do passado. E a opressão não está apenas nas questões negras, mas em toda situação na qual é negado, a um sujeito de direito, ser incluído e usufruir dos direitos constitucionalizados pela legislação brasileira, em todas as instâncias dos direitos humanos.

Problematizar a realidade é uma prática educativa que agrega as dimensões social, política, cultural, histórica e territorial. De acordo com Freire (2016) também agrega as dimensões moral e gnosiológica que se preocupam com a formação humana no processo de escolarização. Ela contribui para que a transformação ocorra de dentro para fora dos sujeitos, através do ato de resignificar os discursos que apontam para impossibilidades de mudanças de realidades, discursos de acomodação às situações de desigualdades postas por condições de silenciamentos sociais, históricos e culturais. Por tais razões, Freire (2016, p. 75) afirma que “ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra”. Ou seja, não há processo educativo emancipador e transformador sem que haja situações, contextos, estudos problematizadores do mundo dentro e fora de si, dentro e fora da escola.

Assim, na literatura afro-brasileira, por meio das personagens que contam suas histórias e vivenciam contextos relacionados aos do leitor-estudante, há o desvelamento das situações de opressão através das palavras e de seus significados. Por meio delas nos são trazidas as histórias, os contextos e os sentimentos de uma época, de um povo, de suas conquistas e de seus sofrimentos.

A palavra tem o poder da materialização de um discurso sob o qual dormitam a história e a diáspora de um povo, o conjunto de crenças e valores praticados e negados que exprimem conteúdos ideológicos cuja origem é historicamente identificável. Assim, a voz de negros e de negras na literatura afro-brasileira e nas obras de Maria Firmina dos Reis é um ato de não silenciamento das identidades negras negadas ao longo da história no Brasil. Como afirma Freire, o ato de silenciar, de “negar a palavra implica em algo mais. Implica em negar o direito de pronunciar o mundo” (FREIRE, 1981, p. 13). É neste sentido que essa literatura se constitui como um espaço no qual as palavras dos negros e das negras, em diferentes épocas e contextos, expressas nos diferentes gêneros literários, são retiradas das sombras, da invisibilidade de quem se vê excluído do direito de dizer. Para Brandão (2006, p. 8-9),

[...] a palavra é um ato de poder, o que equivale afirmar que ela não é apenas um entre os seus outros símbolos, mas o seu exercício. O direito de falar e ser ouvido é o ofício do senhor. Os súditos calam ou repetem a palavra que ouvem, fazendo seu o mundo do outro. Porque a diferença entre um e outros está em que o primeiro detém o direito de pronunciar o sentido do mundo e, por isso, o direito de ditar a ordem do mundo social.

Segundo Brandão e também para Freire (2005), o direito de dizer a palavra é um exercício do direito de falar, de ser ouvido, de contar a narrativa a partir dos protagonistas e dos sujeitos históricos situados no dizer o mundo. Os sujeitos expressam na “margem do lugar onde se fala aquilo que transforma o mundo” (BRANDÃO, 2006, p. 9) e suas palavras se tornam verdades pela ação do processo educacional, por meio dos educadores; e da leitura, pelos estudantes.

O poder da palavra está também no poder de mobilizar a autoridade do falante ou de quem escreve de forma a emponderá-lo através do que se escreve ou fala. É nesse cenário do dizer/escrever a palavra que concebemos as obras de Maria Firmina dos Reis como discursos constitutivos por práticas sociais, históricas, culturais, políticas, econômicas, ideológicas e psicológicas de uma mulher negra que fez uso da escrita no século XIX para denunciar a situação das mulheres negras, escravizadas e alforriadas, que frente aos instrumentos de dominação utilizados pelo colonialismo, tais como o escravismo, o racismo e a ideologia de embranquecimento (BARBOSA; COSTA, 2019) foram silenciadas e tiveram suas vozes proibidas, enfrentando a perda da dignidade.

É diante desse contexto que as mulheres negras encontram em Maria Firmina dos Reis, a primeira mulher a escrever e publicar um romance no Brasil e na América Latina, a bandeira de luta que traz esperança e serve de sustentáculo para as vidas, as lutas e às resistências dos que, oprimidos, são tornados menos, descaracterizando a dimensão ontológica de ser mais (FREIRE, 2005).

CONTRIBUIÇÕES DE MARIA FIRMINA DOS REIS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Maria Firmina dos Reis nasceu em 11 de março de 1825¹ e morreu em situação de pobreza e cega em 1917, no Maranhão (SANTOS, 2018). Foi professora, compositora, escritora e intelectual. Passou, em 1847, no concurso público para a instrução primária na cidade de Guimarães (MA). Fundou a primeira escola mista e gratuita sendo, segundo Moraes Filho (1975), obrigada a fechar depois de dois anos e meio de funcionamento em consequência da repercussão na sociedade. Diogo (2016) explica que suas obras foram publicizadas em vida pela imprensa do Maranhão no período de 1869 a 1913. Após esse período, entendendo ser em consequência da condição de gênero (mulher escritora) e de raça (mulher negra), somente reapareceram em 1963.

Considerando o exposto, como escritora negra ela foi pouco conhecida, estudada e lida. Atualmente, é reconhecida como uma das precursoras do movimento literário afro-brasileiro cujas obras são consideradas importantes para o estudo do povo negro, denunciando principalmente as condições de opressão vividas pelas mulheres negras. Em suas obras, Firmina assume a condição do outro nas narrativas das mulheres negras escravizadas, oprimidas por uma sociedade racista, patriarcal, fortalecendo assim os objetivos de seus textos, ou seja, de afirmar a questão de raça e de gênero no campo do feminino negro. Dentre suas obras, a que ficou mais conhecida é o romance “Úrsula”. Todavia, Maria Firmina dos Reis desenvolveu sua escrita por meio de vários outros gêneros textuais como conto, cordel, composições musicais e poemas. Uma das

¹ O portal Literafro, em dados biográficos da escritora, informa, considerando as pesquisas de Adler (2017), que Maria Firmina dos Reis nasceu em 11 de março de 1822 e que seu batismo ocorreu em 21 de dezembro de 1825. Nesse sentido, há outros autores que apresentam outros meses e datas (em 11 de outubro de 1825) para seu nascimento como por exemplo Luz (2018); Silva (2012).

composições musicais mais conhecidas é o hino em deferência ao 13 de maio, escrito em 1888:

Hino a Liberdade dos Escravos

Salve Pátria do Progresso!
Salve! Salve Deus a Igualdade!
Salve! Salve o Sol que raiou hoje.
Difundindo a Liberdade!

Quebrou-se enfim a cadeia
Da nefanda escravidão!
Aqueles que antes oprimias,
Hoje terás como irmão. (REIS, 2011, p. 55)

Ressaltamos que embora o hino tenha sido escrito, à época, por homenagem à sanção da lei áurea em 13 de maio de 1888, essa data não representa o marco pela luta por libertação, tornando-se, desde os anos de 1980, o dia nacional de luta contra o racismo no Brasil (GÉLEDES, 2015). Para o movimento negro, a reescrita da história sob o protagonismo do povo negro oprimido fez o dia 20 de novembro, data do assassinato do líder quilombola Zumbi dos Palmares, o dia da consciência, da memória, da história e da luta de negros e negras pela resistência negra no Brasil.

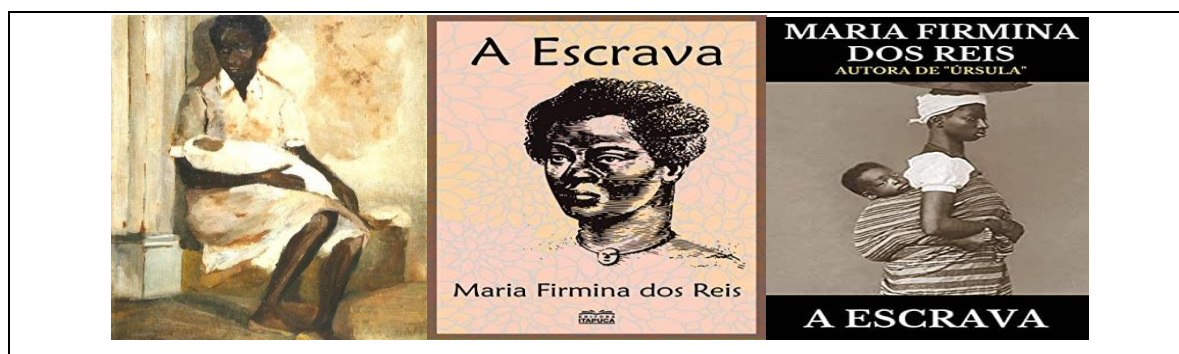
Também como ato de resistência negra, em 2017, na comemoração do centenário da morte de Maria Firmina dos Reis, suas obras foram republicadas. Dentre essas obras constam: *Úrsula*, [...], trazendo em apêndice o conto "*A Escrava*", de 1887; *Gupeva*, [...]; além de *Cantos à beira-mar* (LITERAFRO, 2020).

A Escrava, publicada na Revista Maranhense em 1887 (1, nº 3) tem como perspectiva "expor os males da escravidão ao público leitor, refletindo, ao mesmo tempo, o contexto social de derrocada do regime escravista" (SANTOS, 2018, p. 1). Maria Firmina dos Reis foi considerada uma mulher corajosa por escrever situações que abordam, descrevem e caracterizam a situação da mulher negra escravizada e oprimida em um contexto sociopolítico fortalecido por bases escravistas, de violência e de dominação que se sustentavam por meio da economia escravista deixando suas marcas na sociedade brasileira em pleno século XXI, como marcas de racismo e de preconceito em torno do ser negro e negra (PEREIRA, 2017). Esse fato, conforme Pereira (2017, p. 1135) afirma, "qualifica ainda mais a leitura de sua obra, que se faz recomendável [...]".

O conto aborda a fuga dos escravizados ocorrida no século XIX no Brasil. Trata-se da história de uma mulher negra e escrava chamada Joana que perdera dois de seus três filhos (Carlos e Urbano) e o que ficou com ela, chamado de Gabriel, foi subjugado como produto-mercadoria aos castigos da opressão escravocrata. Esse conto é lançado um pouco antes da assinatura da Lei Áurea em 1888. Segundo Pereira (2017), *A Escrava* se distingue de outros escritos porque traz narrativas sobre a escravidão na perspectiva da voz de uma mulher escravizada.

O conto teve várias capas que o representaram buscando na imagem a aproximação com o seu conteúdo e intenção. As capas de certa forma procuraram traduzir a situação das mulheres negras escravizadas e sua relação com a sociedade opressora do século XIX que tinha na economia escravocrata o princípio da produção econômica do país. Dentre essas, apontamos as três abaixo, chamando a atenção para a imagem da mulher escrava que retrata a relação com a maternidade, o trabalho e subalternização enfrentada pela condição que remete ao ‘ser inferiorizado’, tornado menos e tendo assim sua humanidade roubada (FREIRE, 2005).

Figura 1. Imagens de capas do conto *A Escrava*



Fonte: Google imagens. Capas do Conto *A Escrava*.²

A história narrada no conto demarca representações da sociedade do século XIX pelas seguintes presenças: 1) da narradora da história, que se coloca a favor do movimento abolicionista; 2) do escravocrata, na representação de um homem que justifica a necessidade da existência do sistema escravocrata; 3) do algoz, o oprimido-

²Disponíveis em:

<https://www.google.com/search?source=univ&tbm=isch&q=capas+do+conto+a+escrava&sa=X&ved=2ahUKewjvm-SJrbHwAhUpJrkGHQobobQIQjJkEegQIAxAB&biw=1366&bih=625>. Acesso em 02 mai.2021.

opressor, denominado pelo escravo Gabriel, filho de Joana, como “o cruel feitor” que busca a negra escrava fugida; e 4) da escrava Joana, que conta a sua história de vida e a retirada de seus dois filhos gêmeos.

As personagens (re)apresentam os conflitos de interesses, do poder e da ideologia no que se refere ao discurso da sustentação da escravidão para a manutenção do capital e da exploração do ser. Processo esse, conforme explica Bilheiro (2008), sustentado pela igreja católica com uso de sua influência na sociedade brasileira do século XVI ao XIX fortalecendo, nesse contexto, uma ideologia escravagista acolhida pelo Estado e legitimada pelo sistema.

Por outro lado, o movimento abolicionista se apropria de vários motivos dentre os quais o religioso trazendo à tona a perspectiva da humanidade, igualdade e solidariedade, como nos trechos a seguir postos pela narradora, em uma de suas falas:

[...] faz-me até pasmar como se possa sentir, e expressar sentimentos escravocratas, no presente século, no século dezanove! A moral religiosa, e a moral cívica aí se erguem, e falam bem alto esmagando a hidra que envenena a família no mais sagrado santuário seu, e desmoraliza, e avilta a nação inteira! Levantai os olhos ao Gólgota, ou percorrei-os em torno da sociedade, e dizeime: Para que se deu em sacrifício, o Homem Deus, que ali exalou seu derradeiro atento? Ah!
[...]
– Inda há neste mundo quem se compadeça de um escravo? – Há muita alma compassiva, retorqui-lhe, que se condói do sofrimento de seu irmão (REIS, 2018, p. 169;179).

A apropriação do discurso religioso foi incorporado e utilizado por Joaquim Nabuco para denunciar a inércia e a aceitação dos representantes da igreja católica frente aos atos de violência e de desumanidade sofridos pelas pessoas escravizadas. Mas também procurou trazer a igreja para o projeto de libertação. Nesse contexto, no sentido de unir pessoas e instituições, foi até Roma visitar o Papa numa ação de fazer um apelo, não somente contra a escravidão no Brasil, “mas por toda a raça negra, pela África” (NABUCO, *apud* PEREIRA, 2011, p. 45), conseguindo do Papa um pronunciamento por meio da encíclica *In Plurimis* (PEREIRA, 2011).

Os processos de exclusão e de dominação ocorrem na ausência também do direito ao acesso à leitura e à escrita, ao domínio da língua. Com pais analfabetos, Joana e sua família foram enganados pelo senhor que tinha recebido dinheiro do pai de Joana para comprar a liberdade da mesma. Após a morte de seu pai, aos sete anos de idade, ela e sua

mãe descobrem que foram enganadas. O documento intitulado “carta de alforria”, entregue ao pai de Joana, não tinha valor jurídico. Eram apenas palavras jogadas num papel sem nenhum sentido ou valor. Joana, que se pensava livre, nunca deixou de ser escrava, conforme o trecho abaixo descrito no conto:

[...] conseguiu um fundo de reserva em meu benefício.

Um dia apresentou a meu senhor a quantia realizada, dizendo que era para o meu resgate. Meu senhor, recebeu a moeda sorrindo-se – tinha eu cinco anos – e disse: A primeira vez que for à cidade trago a carta dela. Vai descansado.

Custou a ir à cidade; quando foi demorou-se algumas semanas, e quando chegou entregou a meu pai uma folha de papel escrita, dizendo-lhe:

– Toma, e guarda, com cuidado, é a carta de liberdade de Joana. Meu pai não sabia ler; de agradecido beijou as mãos daquela fera. Abraçou-me, chorou de alegria, e guardou a suposta carta de liberdade.

Nunca a meu pai passou pela ideia, que aquela suposta carta de liberdade era uma fraude; nunca deu a ler a ninguém; mas, minha mãe, à vista do rigor de semelhante ordem, tomou o papel, e deu-o a ler, àquele que me dava as lições. Ah! Eram umas quatro palavras sem nexos, sem assinatura, sem data! Eu também a li, quando caiu das mãos do mulato. Minha pobre mãe deu um grito, e caiu estrebuchando (REIS, 2018, p.177).

Os altos índices de analfabetismo no Brasil tiveram e ainda têm como objetivo o controle sobre os oprimidos. Hoje, além desses, há outro índice que se soma ao analfabetismo absoluto que é o chamado analfabetismo funcional, são crianças, jovens e adultos que, mesmo na escola, não atingem as habilidades de leitura e de escrita nas condições desejáveis pelos parâmetros da educação normativa brasileira³. Assim, os desvalidos, oprimidos, sem acesso à leitura e à escrita dão crédito ao que é apresentado enquanto palavra escrita que expressa o poder na sociedade. Há uma relação de poder que a língua estabelece no uso e domínio da linguagem escrita no século XIX, por corresponder a um percentual pequeno da população que a dominava. Essa situação aponta desigualdades sociais, culturais, de classe e de raça existentes em nosso país, conforme foi posto pelo primeiro Censo realizado no Brasil em 1872. A saber,

[...], a taxa de analfabetismo para o conjunto do País é de 82,3% para as pessoas de 5 anos ou mais [...], situação esta que se mantém inalterada pelo menos até o segundo Censo, realizado em 1890 (82,6%), já no início da República. Tais taxas valeram ao Brasil, na época, a pecha de campeão mundial do analfabetismo (FERRARO; KREIDLOW, 2004, p.182).

³ Leia-se a proposta do caderno da Política Nacional de Alfabetização (PNA) lançada em 11 de abril de 2019 sob o decreto nº 9.765. O caderno tem como proposta melhorar a qualidade da alfabetização no território brasileiro e combater o analfabetismo absoluto e o analfabetismo funcional.

Os percentuais acima espelham a realidade do Brasil do século XIX, um país analfabeto, onde a população escravizada e a pobre liberta não tinham acesso ao processo básico da escolarização: o da alfabetização. Nesse contexto, essa população vivia à margem de uma sociedade que era alimentada pelos interesses de sua elite e que não tinha interesse algum em promover o conhecimento para todos (ROMANELLI, 1988). Freire (2016, p. 81) nos diz que a educação é importante para o desvelamento da condição de oprimido pelo sistema que se alimenta da submissão desse para o seu controle. Neste sentido,

A alfabetização, por exemplo, numa área de miséria só ganha sentido na dimensão humana se, com ela, se realiza uma espécie de psicanálise histórico-político-cultural de que vá resultando a extrojeção da culpa indevida. A isto corresponde a “expulsão” do opressor de “dentro” do oprimido, enquanto sombra invasora. Sombra que, expulsa pelo oprimido, precisa ser substituída por sua autonomia e sua responsabilidade (FREIRE, 2016, p. 81).

Diante da realidade de exclusão à época de Firmina, e ainda existente nos dias atuais, a linguagem oral foi durante muito tempo o único caminho para que as pessoas negras escravizadas pudessem (re)contar suas histórias e violências sofridas; pudessem se fazer ouvir e fazer com que se mantivesse a cultura, a língua materna africana e a religião dos negros de geração à geração. Naquela época, as narrativas orais cumpriam a função dialética sobre a qual Freire (2016) nos fala: dialética que se dá entre a “leitura de mundo” e a “leitura da palavra” nos ensinando que onde há mulheres e homens há sempre o contar, o ensinar, o aprender e o registrar mesmo que não se tenha a palavra escrita.

O conto *A Escrava*, conforme posto por Alencar e Silva (2020, s/p),

[...] procurou trazer a voz subalternizada, por meio da literatura que conta a narrativa do ponto de vista da escravidão por afrodescendentes. Procura expor a luta e a voz, contar a história, dizer a narrativa, expressar o direito ao pensar e do sentir que ainda é negado.

O artigo de opinião de Alencar e Silva (2020) pergunta “quem são as Joanas de hoje?”. Através da pergunta, traz a reflexão sobre Joana, mulher negra, escravizada, oprimida, subalternizada aos horrores do poder econômico, social e cultural que marcam gerações e a constituição do país, bem como a situação das mulheres negras na atualidade. Segundo os autores,

Quem são as Joanas de hoje que perdem seus filhos para o poder do sistema capitalista, burguês, conservador, racista, implantado atualmente? Quem são os negros e negras de hoje e que histórias e lutas trazem em suas narrativas que muitos teimam em calar, em tornar invisíveis? Após a abolição, a população negra foi submetida à pauperização, sendo jogada à margem da sociedade brasileira, para sobreviver nas favelas desprovidas de todo o direito social que pudesse fazê-la cidadã e pertencente a uma sociedade. Reforçado o racismo estrutural, a população negra afro-brasileira sofre, ainda, um genocídio (ALENCAR; SILVA, 2020, s/p).

O genocídio que elimina os que são considerados sem futuro é antecipado pelo epistemicídio do pensamento negro e dos referenciais africanos e afro-brasileiros. Santos (1995) nos leva a refletir sobre a sociedade que marginaliza, subalterniza e destrói conhecimentos e culturas outras que não são acolhidas, ou assimiladas pela cultura do ocidente branco, ou que ameaçam o capitalismo.

O genocídio que pontuou tantas vezes a expansão européia foi também um epistemicídio: eliminaram-se povos estranhos porque tinham formas de conhecimento estranho e eliminaram-se formas de conhecimento estranho porque eram sustentadas por práticas sociais e povos estranhos. Mas o epistemicídio foi muito mais vasto que o genocídio porque ocorreu sempre que se pretendeu subalternizar, subordinar, marginalizar, ou ilegalizar práticas e grupos sociais que podiam ameaçar a expansão capitalista ou, durante boa parte do nosso século, a expansão comunista (neste domínio tão moderno quanto a capitalista); e também porque ocorreu tanto no espaço periférico, extra-europeu e extra-norte-americano do sistema mundial, como no espaço central europeu e norte-americano, contra os trabalhadores, os índios, os negros, as mulheres e as minorias em geral (étnicas, religiosas, sexuais) (SANTOS, 1995, p. 328).

Para Carneiro (2005), o epistemicídio é ampliado para além da desqualificação e da anulação do conhecimento dos povos subjugados. Há nessa ação,

[...] um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. [...]. Por isso, o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender etc. É uma forma de sequestro da razão em duplo sentido: pela negação da racionalidade do Outro ou pela assimilação cultural que em outros casos lhe é imposta (CARNEIRO, 2005, p. 97)

É nessa compreensão de epistemicídio, considerando o apagamento do pensamento e dos referenciais negros (SANTOS, 1995) e da produção da indigência cultural (CARNEIRO, 2005), que se mata primeiro o ser como sujeito histórico consciente (FREIRE, 2005) para, em seguida, eliminar o corpo, extinguindo-o enquanto grupo socioculturalmente étnico.

Por tais razões, afirmamos a necessidade de se considerar o conto *A Escrava* como um caminho que Maria Firmina dos Reis aponta para refletir o negro e a negra na sociedade de ontem (passado) e de hoje (presente) na perspectiva de um povo em devir que escravizado e não reconhecido por um olhar branco eurocêntrico, ainda precisa contar e ler suas histórias de resistências, lutas através de narrativas.

LITERATURA AFRO-BRASILEIRA E EDUCAÇÃO: OUTRA EPISTEMOLOGIA É POSSÍVEL

A luta do Movimento Negro Brasileiro (MNB) possibilitou adentrar às condições políticas, sociais, culturais e econômicas em que vivem a população negra no Brasil. Esse adentrar apontou a existência de uma falsa democracia racial desmascarando as situações de opressão vivenciadas pelos grupos étnicos no País.

As reflexões trazidas pelo MNB favoreceram a discussão de legislações educacionais na perspectiva de alterações voltadas ao pensar educacional para mudanças nos projetos políticos pedagógicos das escolas, nos currículos, nos materiais didáticos, nos processos de formação inicial e continuada de docentes e de práticas gestoras, nos sistemas de educação, nas escolas e nos docentes em sala de aula para a formação de novos cidadãos fazendo com que as temáticas sobre pessoas escravizadas, segregação social, exclusão e negritude contribuam para a emancipação e libertação do ser (FREIRE, 2005). Entretanto, como apontado por Freire (2006, p. 74-75), “reorganizar a sociedade velha, transformá-la para criar a nova sociedade não é tão fácil assim. [...]. A nova sociedade vai surgindo com as transformações profundas que a velha sociedade vai sofrendo”.

Algumas dessas legislações, fruto da luta do MNB, são a Lei 10.639/2003, alterada pela Lei 11.645/08, que torna obrigatória a temática da história e cultura afro-brasileira e africana e indígena em todas as escolas públicas ou particulares do ensino

fundamental até o ensino médio e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (CNE/CP Resolução 1/2004. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de junho de 2004, Seção 1, p. 11).

A Lei 10.639/2003, ao tornar obrigatória nos currículos escolares o ensino da História e da Cultura afro-brasileira e africana no Brasil, possibilitou o debate e a reflexão acerca das desigualdades, do preconceito e da discriminação, contribuindo para o aprofundamento sobre as questões étnico-raciais e a ausência de conhecimento não apenas entre os estudantes, mas entre professores, técnicos educacionais e familiares. Apontou também o papel da educação, por meio das escolas, na desconstrução do preconceito racial que se perpetua na sociedade pelos processos de formação de professores, currículos e materiais didáticos que “carregam os mesmos conteúdos viciados, depreciativos e preconceituosos em relação aos povos e culturas não oriundas do mundo ocidental” (MUNANGA, 2005, p. 15).

Para Munanga (2005, p. 16), há consequências na ausência de condições dos docentes ou no preconceito neles consolidados para o enfrentamento do preconceito racial na escola. E uma dessas consequências é a exclusão de estudantes negros do ambiente escolar provocando outras exclusões socioculturais e econômicas. De acordo com Munanga (2005, p. 16),

[...] alguns professores, por falta de preparo ou por preconceitos neles introjetados, não sabem lançar mão das situações flagrantes de discriminação no espaço escolar e na sala como momento pedagógico privilegiado para discutir a diversidade e conscientizar seus alunos sobre a importância e a riqueza que ela traz à nossa cultura e à nossa identidade nacional.

Para o autor, material didático ou de literatura quando trata da história da população negra “é apresentado apenas do ponto de vista do “Outro” e seguindo uma ótica humilhante e pouco humana” (MUNANGA, 2005.p. 16).

Regulamentando a Lei 10.639/2003, são aprovadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Resolução 1/2004). As diretrizes buscam a materialização de discussões no âmbito do sistema educacional que propiciem políticas públicas educacionais envolvendo uma educação étnico-racial contra preconceitos e estereótipos raciais que legitimam comportamentos e ações discriminatórias.

Assim, as Diretrizes se configuram como uma das ações e políticas afirmativas do Ministério da Educação no governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), conforme se compreende na apresentação do Caderno que divulga as Diretrizes:

O Ministério da Educação, comprometido com a pauta de políticas afirmativas do governo federal, vem instituindo e implementando um conjunto de medidas e ações com o objetivo de corrigir injustiças, eliminar discriminações e promover a inclusão social e a cidadania para todos no sistema educacional brasileiro (BRASIL, 2004, p.5).

Desta forma, como uma política educacional que aprofunda o conteúdo da Lei 10.639/03, visando orientar o sistema de ensino público e privado em relação aos fundamentos e aos princípios para uma educação antirracista, expõe o entendimento de que a educação, conforme expresso abaixo,

[...]constitui-se um dos principais ativos e mecanismos de transformação de um povo e é papel da escola, de forma democrática e comprometida com a promoção do ser humano na sua integralidade, estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos e minorias. Assim, a educação é essencial no processo de formação de qualquer sociedade e abre caminhos para a ampliação da cidadania de um povo (BRASIL, 2004, p. 7).

As Diretrizes demonstram claramente as finalidades de reconhecimento, de valorização da identidade, de reparação e de afirmação de direitos acolhendo em seu texto necessidades de consolidação de justiça social, igualdade e respeito racial.

Nelas, salientam-se ainda a necessidade do posicionamento político da escola contra formas de discriminação e a criação de estratégias educacionais e pedagógicas para o combate ao racismo num processo de (re)educação da sociedade para que reconheça que “o preconceito é produto das culturas humanas que, em algumas sociedades, transformou-se em arma ideológica para legitimar e justificar a dominação de uns sobre os outros” (MUNANGA, 2005, p 18).

Assim, na direção do que afirma Munanga sobre a configuração do preconceito como produto das culturas humanas, enxergamos na literatura afro-brasileira uma importante estratégia educacional e pedagógica no sentido de que ela pode ser uma contrapartida ideológica para o combate ao racismo, a ser utilizada para a reconstrução das concepções que negros e negras têm sobre si mesmos e como os outros os veem,

por isso não são espaços neutros, “mas de enredos e lógicas, onde ao me representar eu me crio, e ao me criar eu me repito” (LIMA, 2005, p.102).

Nesse contexto, a literatura afro-brasileira é uma política pública afirmativa porque sua inserção nas escolas, nas casas dos estudantes e na sociedade possibilita, nos processos educativos escolares e sociais, uma compreensão acerca da construção do racismo em nossa sociedade com a possibilidade de sua desconstrução por meio das narrativas que acolhem perspectivas postas na lei 10.639/2003 e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Documentos considerados norteadores de políticas educacionais interferindo nos sistemas de ensino, nos currículos, nas propostas e nos fazeres pedagógicos.

A literatura afro-brasileira se configura como um caminho para se projetar outros conceitos sobre as pessoas negras porque traz, em seu conteúdo, a história da cor da pele de quem a conta, com sentimentos e sentidos das memórias, dos fatos, das experiências, da cultura, da religião, dos sonhos, das utopias permitindo uma aproximação das realidades dos estudantes com diversas realidades vividas por meio das narrativas do(a) autor(a) negro(a).

Assim, autoras negras como Maria Firmina dos Reis contribuem para que reformulemos e ressignifiquemos, no sistema educacional e na escola, o ser negro ou negra a partir da história das pessoas africanas escravizadas, tal como no conto *A Escrava*, porque essa literatura traz a problematização da construção sociocultural da imagem da mulher negra e do homem negro que perdura até hoje e a qual ainda estamos ligados. Assim, conforme Freire (2006),

Os colonialistas diziam que somente eles tinham cultura. Diziam que antes da sua chegada à África nós não tínhamos História. Que a História começou com a sua vinda. Estas afirmações são falsas, são mentirosas. Eram afirmações necessárias à prática expoliadora que exerciam sobre nós. Para eles precisavam tentar a destruição da nossa identidade cultural, negando a nossa cultura, a nossa História (FREIRE, 2006, p. 75).

Logo, diante da perspectiva acima e de todas as discussões que trouxemos até aqui, consideramos que o processo de desconstrução de uma narrativa somente se dá por outra narrativa, e que a literatura afro-brasileira traz, neste sentido, a condição para a problematização das identidades sociais e posições de sujeitos negros e negras. O que

estimula, provoca e dá voz às discussões que envolvem códigos, convenções e normas sob os quais os personagens negros materializavam suas realidades e vivências nas sociedades brasileiras em várias épocas.

São histórias escritas por aqueles e aquelas que trazem em seus escritos fatos, memórias, experiências da ancestralidade das situações de opressão e das situações de superação. E nesse processo de escrita, leitura, compreensão e interação há o (re)encontro e o (re)conhecimento que afirma a identidade do ser negro e negra numa perspectiva emancipadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre literatura afro-brasileira, educação e os escritos de Maria Firmina dos Reis, no conto *A Escrava*, vislumbra um outro modo de pensar o processo educativo para uma educação antirracista sobre o qual possa se dar o reconhecimento das narrativas e conhecimentos postos socioculturalmente por grupos étnicos sobre a representação e presença de pessoas negras na sociedade brasileira, favorecendo a tomada dessas representações refletidas em vidas, realidades e experiências.

A leitura do conto é importante porque nos possibilita situar a história dos africanos no Brasil, o preconceito, a discriminação, a opressão, a violência sofrida e a negação do ser representada Joana, mulher negra escravizada, propriedade da elite escravocrata brasileira. Procura propiciar ainda outras epistemologias aos professores e estudantes que não têm acesso a autores e obras da literatura afro-brasileira porque não são conhecidos entre os escritores brasileiros.

A Escrava está representada em muitas outras mulheres negras em pleno Século XXI, as que continuam escravizadas em diversas situações envolvendo o machismo estrutural e a violência doméstica que sufoca, destrói e mata. Nas violências urbanas e periféricas do campo, mulheres negras trabalhadoras vivenciam situações de opressão e de destituição de direitos oriundos da opressão capitalista. Situações que incluem até a perda dos filhos porque não se tem um Estado que os proteja. São as mais diversas situações de perdas e perdas...

É nesse processo de conhecer e de refletir sobre as realidades que podemos afirmar que a literatura afro-brasileira contribui produzindo e divulgando conhecimentos para a

formação de comportamentos que compreendam e aceitem o outro como iguais e diferentes, aprendendo que “[...] o sujeito não pode se afirmar como tal sem reconhecer o outro como sujeito e, em primeiro lugar, sem se livrar do medo do outro, que leva à sua exclusão” (TOURAINÉ, 1999, p.203). A literatura afro-brasileira pode nos ensinar a olhar para si e para o outro como seres em construção, inconclusos “conscientes de sua inconclusão, e de seu permanente movimento de busca do ser mais” (FREIRE, 2005, p. 83).

REFERÊNCIAS

- 1.ADLER, Dilercy Aragão. *Maria Firmina dos Reis: uma missão de amor*. 1 ed. São Luís: Academia Ludovicense de Letras, 2017.
- 2.ALENCAR, Maria Fernanda dos Santos; SILVA, Rafael Bezerra da. “As escravas Joana” de ontem e hoje. *Brasil de Fato*. Opinião. Recife (PE), 08 de junho de 2020. Disponível em <https://www.brasildefatope.com.br/2020/06/08/artigo-as-escravas-joana-de-ontem-e-hoje>. Acesso em julho/2020.
- 3.BARBOSA, Muryatan S.; COSTA, Thayná Gonçalves dos Santos da. Negritude e Pan-Africanismo no Pensamento Social Brasileiro: a trajetória de Ironides Rodrigues (1923-1987). *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 34, n. 100, e3410018, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092019000200512&lng=en&nrm=iso. acesso em 04 mai. 2021.
- 4.BILHEIRO, Ivan. A Legitimação Teológica do Sistema de Escravidão Negra no Brasil: congruência com o estado para uma ideologia escravocrata. *CES Revista*, v. 22. Juiz de Fora, 2008, Pp.91- 101. Disponível em: https://www.cesjf.br/revistas/cesrevista/edicoes/2008/a_legitimacao.pdf. Acesso em abril 2021.
- 5.BRASIL. *As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Ministério da Educação. Brasília,DF. Outubro de 2004.

6. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é Educação Popular*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
7. CARNEIRO, A. S. *A Construção do Outro como Não-ser como fundamento do Ser*. São Paulo: FUESP, 2005. (Tese de Doutorado). Disponível em <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>. Acesso em mai. 2020.
8. DIOGO, Luciana Martins. *Da Sujeição à Subjetivação*: a literatura como espaço de Construção da subjetividade, os casos das obras Úrsula e a *A Escrava*, de Maria Firmina dos Reis. Universidade de São Paulo, 2016 (Dissertação). Disponível em <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/31/31131/tde-01112016-103251/publico/LucianaDiogoCorrigida.pdf>. Acesso em jun. 2020.
9. FERRARO, Alceu Ravanello; KREIDLOW Daniel. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. *Educação & Realidade*. 29(2).pp.179-200. jul/dez 2004. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/25401/14733>. Acesso em junho 2020.
10. FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1981.
11. FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 43ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2005.
12. FREIRE, Paulo. *A importância do Ato de Ler*: em três artigos que se completam. 47ª ed. São Paulo: Cortez. 2006.
13. FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*: saberes necessários à prática educativa. 53ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
14. GELEDÉS. Por que os negros não comemoram o 13 de maio Dia da Abolição da Escravatura. Disponível em <https://www.geledes.org.br/por-que-os-negros-nao-comemoram-o-13-de-maio-dia-da-abolicao-da-escravatura/>. Acesso em 28jun2021.
15. IANNI, Octavio. Literatura e Consciência. *Revista Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, N.28 (1988) pp.91-99. Disponível em

<http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/70034/72674>. Acesso em julho 2020.

16.LIMA, Heloisa Pires. Personagens Negros: um breve perfil na literatura infanto-juvenil. *In: Munanga, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4575.pdf>. Acesso em maio 2020.*

17.LUZ, Giselle. A Escrivencia de Maria Firmina dos Reis no Conto *A Escrava*. **Travessias**, Cascavel, v. 12, n. 1, p. 193 – 204, jan./abr. 2018.

Disponível em: [\[revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/18954/12624\]\(http://revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/18954/12624\). Acesso em 04 mai. 2021.](http://e-</p></div><div data-bbox=)

18.MUNANGA, Kabengele. Apresentação. *In: Munanga, Kabengele (Org.).*

Superando o Racismo na escola. 2ª edição revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em

<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4575.pdf>. Acesso em maio 2020.

19.MORAIS FILHO, Nascimento (Org.). **Maria Firmina**: fragmentos de uma vida. São Luiz: Comissão organizadora das comemorações de sesquicentenário de nascimento de Maria Firmina dos Reis, 1975.

20.PEREIRA, José Gomes. Escravidão e loucura: uma leitura do conto “A escrava”, de Maria Firmina dos Reis. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, 46 (3): p. 1134-1144, 2017. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/1695/1287>. Acesso em maio 2020.

21.PEREIRA. Camila Mendonça. **Abolição e catolicismo a participação da Igreja Católica na extinção da Escravidão no Brasil**. Niterói: Universidade Federal Fluminense. Dissertação. Disponível em:

<https://www.historia.uff.br/stricto/td/1487.pdf>. Acesso em 05 mai. 2021

22.LITERAFRO - **O portal da literatura Afro-Brasileira**. Maria Firmina dos Reis-Biografia. Disponível em

<http://www.lettras.ufmg.br/literafro/autoras/322-maria-firmina-dos-reis>.

Acesso em jul. 2020.

23. REIS, Maria Firmina dos Reis. *A Escrava*. In: *Revista Maranhense*, n. 3, 1887. Republicado em *Úrsula*, 7.ed., 2018, p. 193-207. Disponível em <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/autoras/24-textos-das-autoras/977-maria-firmina-dos-reis-a-escrava>. Acesso em junho 2020.

24. REIS, Maria Firmina dos. Hino à liberdade dos escravos. In: FARIA, Antônio Augusto Moreira de; PINTO, Rosalvo Gonçalves. *Poemas brasileiros sobre trabalhadores*: uma antologia de domínio público. Belo Horizonte: Editora Viva Voz, 2011.

25. SANTOS, S. Boaventura. *Pela Mão de Alice*. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

26. SANTOS, Jaqueline Martinho dos. Literatura e história: o antiescravismo em maria firmina dos reis – uma análise do conto “a escrava”. *MEMENTO - Revista de Linguagem, Cultura e Discurso*. Mestrado em Letras - UNINCOR - ISSN 1807-9717 V. 9, N. 2 (julho-dezembro de 2018). Disponível em http://periodicos.unincor.br/index.php/memento/article/view/4595/pdf_131. Acesso em junho 2020.

27. SILVA, Danielle de Luna e. Maternidade e Afrodescendência em *Úrsula* e a *Escrava*, De Maria Firmina Dos Reis. *Cadernos Imbondeiro*. João Pessoa, v.2, n.1, 2012. Disponível em <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ci/article/view/14155/8766>. Acesso em 04 mai.2021

28. TOURAINE, Alan. *Poderemos viver juntos? iguais e diferentes*. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

29. ZIN, Rafael Balseiro. *Maria Firmina dos Reis*: a trajetória intelectual de uma escritora afrodescendente no Brasil Oitocentista. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2016 (Dissertação)